

ACTA Nº 4**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA****SESSÃO ORDINÁRIA**

----- Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, na sede da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas vinte e uma horas, e vinte e cinco minutos, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- ***Ponto Um – Apreciação e Votação da Proposta de Orçamento para o Ano de 2008 e do Plano Plurianual de Investimentos.*** -----

-----***Ponto Dois – Apreciação e Votação de Taxas e Prestação de Serviços.*** -----

----- ***Ponto Três – Apreciação da Informação do Presidente da Junta de Freguesia.*** --

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes todos os membros que compõem a Assembleia de Freguesia. -----

- António José Dias Canhoto – Presidente -----
- Liliana D’Assunção Gata Gaspar – 1ª Secretária -----
- Amândio Fernandes Pinto – 2º Secretário -----
- Henrique da Cunha Pereira -----
- Ana Sofia Casaleiro Dias Roque -----
- Fernando de Matos Lopes -----
- Daniel Ferreira Gaspar -----
- Virgílio do Rosário Rafael -----
- Maria de Fátima Conde Búzio -----
- Carlos Jorge Raposo Costa -----
- João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira -----
- Pedro Miguel Nunes da Silva -----
- Manuel Nazaré Luís -----

----- Tendo sido enviadas para esta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, convocatórias individuais aos membros que a compõem, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, com o anúncio do dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

----- Em representação do órgão executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, estiveram presentes: o Presidente Manuel Pereira Bilreiro, e o Secretário José David da Silva Ribeiro. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão, colocando à apreciação e votação a acta **número três**. -----

- **Partido Socialista** – Fernando Matos Lopes iniciou a sua intervenção, perguntando o porquê da acta em causa, não estar ainda devidamente rubricada pela mesa no canto superior direito e, assinada por quem a fez, mesmo não estando ainda aprovada pela respectiva Assembleia de Freguesia. -----
- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís disse, nada ter a acrescentar. -----
- **Bloco de Esquerda** – Virgílio Rafael declarou, que por parte da sua bancada nada tinham a acrescentar. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Raposo disse, nada terem a acrescentar. ----

----- **Acta número três**: -----

----- Foi aprovada por **unanimidade** com *seis votos a favor do Partido Social Democrata, dois votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, quatro votos a favor do Partido Socialista*. -----

----- **Período antes da ordem do dia** -----

----- ***Dando início ao período antes da ordem do dia*** o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís, o qual começou por dizer que tinha em seu poder uma Declaração a qual passou a ler e se transcreveu: -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- O eleito da CDU na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, face às inverdades e intenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, publicadas no NE de 16/11/2007, rejeita que, da sua parte, haja ou tivesse havido qualquer falta de bom senso ou desrespeito pelas entidades competentes, como foi acusado pelo sr. Presidente da Junta e declara que aceita ter a sua quota-parte de responsabilidade no “impasse” criado na aprovação do brasão, selo e bandeira, mas considera igualmente que essa responsabilidade deverá ser assumida por todos os intervenientes no processo, sem excluir os eleitos do PSD e a própria Comissão de Heráldica. -----

Poder-se-á dizer que foi a oposição que votou contra, mas também tem toda a justeza afirmar que, como se verifica da votação sobre o assunto na reunião de 19/06/2007 da

Assembleia de Freguesia, em que houve três votos a favor (PSD), três votos contra (PS), dois votos contra (BE) e um voto contra da (CDU), a Assembleia teria todas as condições de, naquela reunião, aprovar o brasão, selo e bandeira, senão tivesse havido aquelas abstenções de três membros da bancada do PSD. -----

Sem qualquer desrespeito pelas competências que a lei lhe confere nesta matéria e tendo em conta a complexidade da mesma, considera que, a Comissão de Heráldica, ao ter proposto a inclusão do rosário (elemento que não figurava na proposta inicial), bem poderia ter acrescentado ao seu científico parecer alguma referência às razões de tal inclusão, ajudando assim ao esclarecimento de quem, também por via da lei, tem a competência e o dever de deliberar a ordenação dos símbolos heráldicos da freguesia. –

A oposição foi acusada de Irresponsabilidade, o que pessoalmente rejeita. Irresponsabilidade, falta de bom senso e desrespeito pelos Órgãos Eleitos, parece ter demonstrado o senhor Presidente da Junta ao tornar público na mesma entrevista, que é intenção da Junta de Freguesia arquivar o processo, adiando a aprovação do brasão selo e bandeira para um próximo mandato. -----

Pela sua parte, quer deixar expresso que sempre considerou e continua a considerar de primordial importância a aprovação do Brasão, Bandeira e Selo da Freguesia e continua a estar disponível para a reanálise e votação sobre o assunto. Considera que igual predisposição tem o membro da CDU, na Junta de Freguesia como se prova pela proposta por si apresentada e aprovada por unanimidade naquele Órgão. -----

Entroncamento, 12 de Dezembro de 2007 -----

O eleito da CDU na Assembleia de Freguesia de N. S. de Fátima -----

assinado - Manuel Nazaré Luís. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao membro do Bloco de Esquerda Fátima Búzio a qual adiantou que, ao ter lido a notícia no Jornal Notícias do Entroncamento, onde lhe chamavam de “insensata”, não só à própria mas também aos elementos que compõem a Assembleia, acrescentou que o Sr. Presidente da Junta é que seria “insensato”, pois nunca em qualquer sessão se brincou com coisas sérias, ou menos verdadeiras, afirmando que sempre que tomaram qualquer decisão sobre o assunto em causa se encontravam devidamente informados. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra a outro elemento do Bloco de Esquerda, Virgílio Rafael, o qual começou por dizer que tinha em seu poder uma Nota de Repúdio a qual passou a ler e se transcreveu: -----

----- **NOTA DE REPÚDIO** -----

----- É do conhecimento de todos, o acordo estabelecido entre as cúpulas dos 2 partidos PS e PSD, sobre a alteração à lei eleitoral das autarquias locais. -----

Também são do conhecimento dos presentes, os conflitos criados por este Governo, atirando a população em geral contra os profissionais sob a sua tutela, nomeadamente: Professores, Juízes, Polícias, Médicos, Enfermeiros, etc. etc. -----

Como se isso não chegasse, agora somos nós. Nós que jurámos todos defender a democracia, poderemos ver, amanhã, se esta alteração à lei se confirmar, um partido com maioria relativa na eleição para a Câmara (ao abrigo deste entendimento) passar com maioria absoluta no executivo. -----

É com este estado de coisas que eu quero aqui deixar o meu repúdio por mais este atentado à democracia. Tantas vidas custou até ser conseguida. -----

----- O Presidente da Assembleia dirigiu a palavra aos membros do Partido Social Democrata perguntando se os mesmos tinham algo a apresentar no período antes da ordem do dia, tendo o seu porta voz respondido que nada tinham a acrescentar. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra a um elemento do Partido Socialista, na pessoa de Henrique da Cunha Pereira, o qual começou por dizer que, no seguimento do que foi lido pelo elemento da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís, o Partido Socialista também tinha uma declaração, a qual passou a ler e se transcreveu: -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

----- Qualquer cidadão no pleno uso dos seus direitos cívicos pode assistir à Assembleia de Freguesia e eventualmente nela participar cumprida que esteja a ordem de trabalhos. No final e num círculo de amigos os conhecidos pode dizer o que bem lhe apetecer sem que daí advenha grande responsabilidade, desde que publicamente não ofenda terceiros. -----

----- O mesmo já não acontece com os membros eleitos da Assembleia de Freguesia, Junta de Freguesia e por último o nosso Presidente. -----

----- No mínimo o que as pessoas esperam de nós é que sejamos um exemplo de responsabilidade idoneidade, seriedade, cumpridores dos nossos deveres cívicos!... -----

----- O senhor Presidente em declarações ao *Notícias do Entroncamento* de 16 de Novembro 2007, e cito: “acusa os outros partidos, entenda-se, PS, CDU e BE, de falta de bom senso e respeito pelas decisões das entidades competentes”, fim citação pergunto! E a Assembleia por analogia é incompetente?. Muito haveria que dizer acerca desta afirmação. Isto é responsabiliza os partidos da oposição pela não aprovação da proposta para o Brasão da nossa Freguesia. -----

----- Tal não corresponde à verdade e o sr. Presidente não pode dizer o que lhe vem à cabeça. Devo lembrar-lhe que a proposta do Brasão só foi votada uma vez, Assembleia de Freguesia de 19 de Junho de 2007, cuja proposta foi rejeitada com três votos a favor do PSD, três votos contra do PS, dois votos contra do BE, um voto contra da CDU, e três abstenções do PSD. Feitas as contas a proposta só não foi aprovada porque o PSD não quis. O sr. Presidente não pode, não deve vir a público fazer afirmações que não correspondem à verdade e que de alguma forma questionam a legitimidade das decisões desta Assembleia cujo elementar direito, reconhecido à luz do direito constitucional, é reconhecer aos seus membros o direito de poderem votar de acordo com as suas convicções políticas e ou simplesmente opiniões pessoais. -----

----- Continuou no uso da palavra, lendo algumas chamadas de atenção, as quais se transcreveram: -----

----- Algumas das entradas da nossa cidade deviam ser objecto de requalificação ou no mínimo, obrigar os proprietários a eliminar a poluição visual a que estamos sujeitos. Referia-se concretamente às ruínas do antigamente chamado “Galáxia” situadas na Rua do Casal Melão e ao “cemitério” de carros à entrada do Entroncamento – Estrada Nacional que vem de Torres Novas. -----

----- Para quando alcatroar a rua Duque de Saldanha? -----

----- Para quando corrigir o pavimento da rua Dr. Mário Matias? -----

----- O Entroncamento é uma cidade plana, óptima para andar a pé ou de bicicleta só que nalgumas ruas e estradas do concelho esta prática constitui um sério perigo de vida.

----- Em época de eleições fez-se uma ciclovia de luxo do E. LECLERC ao Bonito e agora, perguntou ainda se mais modestas não se fariam mais. -----

----- Em seguida, o Presidente deu a palavra a um membro do Partido Socialista, Ana Sofia Roque, a qual, na sequência do que tinha sido exposto por Henrique da Cunha Pereira, interrogou a mesa sobre se, o que tinha sido apresentado pelo seu colega de bancada iria ser posto em prática, em virtude de outros assuntos expostos em sessões anteriores não terem tido resolução nem qualquer esclarecimento sobre o seu desenvolvimento, dando como exemplo o “*Depósito da Água*” assunto que continua na mesma, sendo uma intervenção tão simples como o colocar de uma “*vedação de protecção*”. -----

----- Concluiu que, em todas as sessões eram apresentados vários problemas e quase sempre os mesmos, não havendo capacidade de resposta para a sua resolução. -----

----- O Presidente deu a palavra a outro membro do Partido Socialista, Fernando Matos, Lopes o qual começou por dizer o seguinte: “*No seguimento do que tinha sido dito pela*

colega de bancada Ana Sofia Roque, se calhar estas coisas aconteciam em face da Lei dos Eleitos Locais dizendo que, as Assembleias Municipais são compostas em primeiro lugar por Presidentes de Juntas, não querendo dizer que sejam todos do mesmo partido, podendo mesmo serem de partidos diferentes, depois por cidadãos eleitos conforme os votos obtidos, o que queria dizer, que as primeiras pessoas a fazerem parte de uma Assembleia Municipal, seriam os Presidentes de Juntas os quais deveriam ser obrigatoriamente ouvidos na mesma paridade que os outros membros dos partidos”. ---

----- Lamentou ainda que estes preceitos não sejam seguidos pelo Presidente da Assembleia Municipal. Ao não ser seguida esta metodologia, origina que os Presidentes de Juntas como muitas vezes dizem “**entram mudos e saem calados**”, sendo os representantes dos partidos que falam por eles. Contudo os mesmos encontraram-se lá e deveriam apresentar as questões. -----

----- Continuou no uso da palavra, referindo-se à ausência de alguns membros no Aniversário da Junta de Freguesia, argumentando que a metodologia utilizada não tinha sido a mais correcta, dizendo mesmo que, em seu entender, dever-se-ia utilizar o seguinte método: “*A Junta de Freguesia deveria enviar um ofício à mesa da Assembleia de Freguesia, na pessoa do seu Presidente formulando o convite e, o Presidente da Assembleia de Freguesia por sua vez, enviaria convite ou convocatória conforme o mesmo entendesse, aos seus membros*”. O mesmo considerou que, em termos Institucionais, o método a aplicar deveria ser o atrás referido. Concluiu que, a fim de evitar a ausência de alguns membros da Assembleia de Freguesia em eventos desta natureza, seria necessário um convite ou convocatória enviado pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, documento esse que seria o comprovativo para justificar a falta dos mesmos na entidade patronal. -----

----- Ainda no uso da palavra questionou alguns assuntos já focados em sessões anteriores, começando por referenciar a rua Fernando Pessoa, onde se encontravam placas de “**estacionamento proibido**” junto à Escola de condução existente no local, não percebendo o porquê das referidas placas, uma vez que a via pública é suficientemente larga para se estacionar. Comentou ainda que, deveriam ser retiradas as referidas “**placas de proibição**”, uma vez que as mesmas não são respeitadas. Chamou também a atenção para a rua Padre Martinho Mourão, no que dizia respeito aos números de polícia, achando o mesmo, que seria um caso de resolução tão simples como o de mandar retirar os azulejos existentes os quais têm o respectivo símbolo da Câmara, apelou ao Presidente da Junta de Freguesia a fim de que o mesmo junto da Câmara Municipal diligenciasse sobre a resolução dos problemas atrás referenciados. Concluiu,

que seria de bom tom que o Presidente da Junta de Freguesia, através do ponto da ordem de trabalhos **“Informação do Presidente”**, fosse dando conhecimento aos membros da Assembleia de Freguesia, sobre a evolução das questões colocadas. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra ao porta voz do PSD, na pessoa de Carlos Costa, o qual começou por dizer, que não seria sua intenção fazer qualquer intervenção, mas, em face dos problemas levantados pelos membros presentes, o mesmo contestou a frase **“que nada estaria a ser feito”**, dando como exemplo a construção de um passeio para peões que iria ser efectuada no viaduto sobre a A23, construção essa que, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da competência das **“Estradas de Portugal”**, esta assumiu a referida obra solucionando assim o impasse que se verificava já há algum tempo. Citou ainda as palavras do Presidente da Câmara Municipal no seu discurso no dia vinte e quatro de Novembro, na sessão solene do **“sexagésimo segundo aniversário da elevação do Entroncamento a Concelho”**, o qual disse o seguinte: **“assumo aqui o compromisso de que muito brevemente, todas as pessoas incluindo as com dificuldades de locomoção irão poder atravessar o viaduto do Casal do Grilo em segurança”**. Terminou a sua intervenção dizendo que, face ao que tinha acabado de expor, nem todas as questões aqui levantadas ficavam sem resolução. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa de Vírgilio Rafael, o qual começou por adiantar que em virtude de fazer parte da Associação de Moradores do Casal Sentista, Fontaínhas e Covões, tinha em seu poder documentação sobre o assunto, de qualquer forma disse, que não teria ficado nada mal, o senhor Presidente da Junta ter dado essa informação. Acrescentou ainda mais algumas questões a saber: a falta de uma vedação na Urbanização do Bonito, mais concretamente no términos da ciclovia junto à rotunda, a qual terminava directamente para dentro do ribeiro; a existência de um tubo o qual se encontrava partido, junto à rotunda, também na Urbanização do Bonito, estando o referido saliente, aí a uns cinco centímetros do respectivo passeio, podendo vir a ocasionar algum acidente; a falta de estacionamento a fim de poder servir o comércio junto ao largo denominado **“Largo do Santo António”**, sugerindo e, a exemplo de outros locais na nossa cidade, que a Câmara manda-se colocar sinais com temporização, permitindo a rotatividade do referido estacionamento. Em face de uma questão que lhe tinha sido apresentada por um freguês residente na antiga rua do Casal do Grilo e, agora rua das Fontaínhas, sobre os números de polícia existentes, o mesmo questionou se seria

da competência da Junta de Freguesia a atribuição de números de polícia às moradias existentes na referida rua. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária, no seu porta voz Manuel Luís, o qual sugeriu que, as questões e situações levantadas nestas sessões e de fácil resolução, fossem incontestáveis na próxima reunião, salientando os números de polícia no Casal da Galharda, mais concretamente na Rua Padre Martinho Mourão, e a sinalização vertical nas passadeiras, provavelmente de difícil resolução, implicava com a segurança de pessoas. Em seguida leu um parágrafo que fazia parte do Jornal **“Notícias do Entroncamento”** o qual dizia o seguinte: **“tendo a situação gerado confrontos bastante acesos e com trocas indignas de acusações nalgumas sessões”**. O mesmo contestou o que estava escrito, pois em situação alguma tinha visto alguém a **“degladiar-se”** em sessões anteriores. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um elemento do Bloco de Esquerda, Fátima Búzio, a qual começou por alertar os presentes, sobre a onda de vandalismo e violência que estaria a decorrer no espaço envolvente à Escola Secundária, dando o exemplo de assaltos e roubos executados por grupos de jovens num escalão etário entre os 14 e 16 anos de idade, aos alunos da referida escola e, embora fora da vedação da mesma, a Escola tem tomado providências, contactando a Polícia de Segurança Pública local. Informou ainda, sobre o contacto efectuado entre a Escola e o Vereador da Educação, no que dizia respeito à porta de entrada principal, a qual fica por detrás do edifício Escolar, encontrando-se a mesma com iluminação insuficiente. Solicitou o pedido de apoio ao Presidente da Junta de Freguesia, uma vez que a Escola em causa, se situa na área da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra, enaltecendo o esforço que o Presidente da Junta de Freguesia tinha vindo a fazer sobre os problemas expostos, estando apenas a **“meio tempo”**. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passou de imediato à **“Ordem de Trabalhos”**. -----

----- **Ponto Um – Apreciação e Votação da Proposta de Orçamento para o Ano de 2008 e do Plano Plurianual de Investimentos.** -----

----- Começou por dar a palavra aos elementos dos partidos presentes. -----

- Bloco de Esquerda – Fátima Búzio iniciou a sua intervenção dizendo que o Orçamento era baseado na poupança e apenas com um único fim o da construção da nova Sede da Freguesia, não olhando a meios para atingir os seus

fins. Reforçou, que continua a entender que a construção da nova Sede não seria o problema maior desta freguesia, nem o mais grave de todos, embora não seja contra a construção da mesma. Afirmou ainda que, as receitas são cada vez maiores e as despesas foram todas cortadas. No que dizia respeito à formação dos funcionários a mesma achava que se deveria investir mais, a fim de termos funcionários mais bem formados e actualizados e com uma maior dinâmica. Assim sendo, se no ano anterior a referida verba era diminuta, para este ano, mais reduzida estava. Continuou no uso da palavra tendo concluindo, que o mais chocante tinha a ver com o corte a nível das Escolas, verba essa que tinha sofrido um corte de 50% e tudo isto à custa de poupar, a fim do senhor Presidente vir a ter a sua Sede de que tanto se orgulhava. -----

- Partido Social Democrata – Carlos Costa declarou nada ter a acrescentar ao que constava no referido Orçamento. -----
- Partido Socialista – Henrique da Cunha Pereira começou por dizer que o Partido Socialista, em relação ao Orçamento e, pegando nas palavras da Fátima Búzio, do Bloco de Esquerda, tinha chegado à mesma conclusão, ou seja, o único objectivo do executivo da Junta de Freguesia seria, o de pôr em prática o Projecto da nova Sede, não podendo pôr em causa o apoio às Escolas e Apoio Social, a famílias carenciadas. No que dizia respeito ao que tinha acabado de dizer nem tudo seria mau, pois, referindo-se à página número dois “*Habitação e Urbanismo*” concluiu que, por conhecimento próprio, o trabalho, que tem sido desenvolvido no Bairro da Câmara, tem sido um bom trabalho. Na questão da educação o que foi feito e o que se propunham fazer, na opinião do Partido Socialista era muito pouco, não tendo qualquer expressão, o mesmo acontecendo no campo da Acção Social. No que dizia respeito à **página número oito**, “*Despesa – Segurança Social*”, achava uma importância pouco significativa; já no ponto **0.2**. “*Aquisição de Serviços*”, onde se encontrava a importância de “*vinte e dois mil quatrocentos e dez euros*” tinha dificuldade em compreender o porquê de uma importância tão elevada; em contrapartida num campo completamente diferente, aparecia “*Gasolina e gásóleo*” com uma verba de “*quatrocentos e dez euros*”, perguntando como seria possível que a Junta de Freguesia pudesse gastar tão pouco dinheiro em combustíveis, argumentando que ficaria satisfeito em ver aplicada uma maior verba de (dois mil ou três mil euros), pois seria sinal de que o senhor Presidente percorreria as ruas da nossa freguesia, visitava outras freguesias vizinhas, o que serviria para adquirir

conhecimentos e constatar a evolução dos outros concelhos; do mesmo modo e, na **página número nove** “*Aquisição de Serviços*”, aparecia uma verba de “*dezoito mil e setecentos euros*” o que achava elevada pois desconhecia a que se referia a respectiva verba, bem como na **rubrica** “*Locação de Serviços*”, (*oito mil e setecentos euros*), tendo questionado se era correspondente à renda do edifício da actual Sede. Questionou também o porquê de existir uma **rubrica**, com uma verba de apenas “*duzentos euros*” e, em virtude de na nossa freguesia (Zona Norte) sofrer de graves carências sociais para quê a referida verba. Continuando no uso da palavra e focando a **rubrica** “*Despesas de Capital – Investimentos*” questionou, se a verba de “*cento e setenta e quatro mil euros*” se destinava ao edifício da nova Sede; Em seguida, referiu-se à rubrica “*Instalação de Serviços*” “*cento e nove mil euros*”, argumentando que teve dificuldade em perceber o porquê de quantias tão avultadas. Acrescentou ainda, que as verbas atrás mencionadas são desproporcionadas quando confrontadas com as verbas atribuídas às Escolas e à Educação, perguntando onde estão esses investimentos. Para terminar, questionou ainda onde estavam os investimentos na educação, na cultura, no lazer e tempos livres, na função social da freguesia, nos equipamentos desportivos e apoio ao desporto. -----

- Partido Socialista – Daniel Ferreira Gaspar inicia a sua intervenção, após o Presidente da Assembleia de Freguesia lhe ter dado a palavra, dizendo que, à semelhança do Orçamento do ano passado, este ainda não se encontrava devidamente rubricado e com as respectivas assinaturas na última folha. Continuou no uso da palavra referindo-se a três gralhas existentes no Orçamento, nas “*Receitas de Capital*”: **página número sete**, repetindo-se na **página número quinze**, onde os códigos das rubricas não se encontravam em consonância. Focou ainda a **página número vinte e quatro** que está interligada à **página número dez**, na **rubrica 01.03.01** – “*encargos com a saúde*” e a **rubrica 01.03.02** – “*outros encargos com a saúde*”, onde se repetia a mesma anomalia. -----
- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luís referiu-se à **página número onze**, rubrica “*Escolas*” onde constava o valor de “*sete mil quinhentos e setenta euros*” e, relacionando com a verba atribuída na mesma rubrica no anterior, verificava-se uma diferença de “*dois mil quatrocentos e trinta euros*” para menos. Assim, se no *ano de dois mil e sete* foram satisfeitos todos os pedidos, concordou com a verba atribuída para o ano de *dois mil e oito*. Referiu-

se, em seguida, ao que tinha sido exposto pelo elemento do Partido Socialista Henrique da Cunha Pereira, sobre a **rubrica “Gasolina e Gásleo”**, tendo testemunhado que as deslocações do Presidente da Junta eram efectuadas no seu próprio veículo o que viria a justificar uma verba tão baixa e, pegando nas palavras do Presidente da Assembleia de Freguesia, citou **“o Presidente não trabalha a meio tempo, mas sim a tempo inteiro e mais meio”**. -----

Continuou no uso da palavra tendo mencionado a **página número treze, “notas explicativas”**, na **rubrica 05.02.01 “Bancos e Outras Instituições Financeiras”** questionando o porquê da referida rubrica se encontrar contemplada com **“duzentos euros”** pedindo explicações sobre o mesmo. -----

----- Depois da intervenção dos membros dos partidos presentes, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Técnico da Contabilidade, Hélder Santos, o qual esclareceu as dúvidas apresentadas começando por enumerar as **páginas números oito e onze**, respectivamente, tendo dito que, o que constava na **página número oito – rubrica 01.03.05. “Órgãos da Autarquia” – “segurança social”**, tinha a ver com os descontos sobre o vencimento do presidente, bem como a rubrica **02.03.05. “Secretaria” – “segurança social”** descontos sobre os vencimentos das funcionárias. Quanto à rubrica **“Aquisição de Serviços”**, constava efectivamente uma verba bastante elevada **“locação de edifícios”** correspondendo ao pagamento do aluguer da Sede da Freguesia existente. No que dizia respeito à dúvida apresentada pelo membro da Coligação Democrática Unitária sobre a rubrica **05.02.01. “Bancos e Outras Instituições Financeiras”**, elucidou o mesmo, dizendo que a referida rubrica existia para registar os juros de depósitos, quer à ordem quer a prazo constando na mesma uma importância tão baixa em virtude das Instituições Bancárias se encontrarem a pagar juros muito baixos. -----

----- O Presidente colocou de imediato à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos **“Apreciação e Votação da Proposta de Orçamento para o Ano de 2008 e do Plano Plurianual de Investimentos”**, o qual foi aprovado por **maioria**, sendo que, **seis votos a favor** do Partido Social Democrata, **um voto a favor** da Coligação Democrática Unitária, **quatro votos contra** do Partido Socialista e **dois votos contra** do Bloco de Esquerda. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao ponto **número dois da ordem de trabalhos – Apreciação e Votação de Taxas e Prestação de Serviços**.

-----O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, a fim de que o mesmo prestasse alguns esclarecimentos, no que dizia respeito ao valor das

taxas, argumentando que poderiam ter considerado, que os valores sobre o registo e licenciamento dos canídeos estariam um pouco elevados. Seria sua intenção, em devido tempo, realizar uma reunião preparatória com os elementos da Assembleia de Freguesia, a fim de poderem chegar a um consenso sobre o valor das taxas de atestados, confirmações, certificações, registo e licenças de canídeos, pois segundo a lei, todas as freguesias têm de ter aprovado o respectivo regulamento até ao final do ano de dois mil e oito. Informou ainda, de que algumas freguesias já tinham aprovado o respectivo regulamento de taxas. -----

----- Depois dos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Junta de Freguesia, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra aos elementos dos partidos presentes. -----

- Partido Social Democrata – João Ricardo Oliveira disse concordarem plenamente com os valores apresentados, principalmente no que dizia respeito aos valores relacionados com os cães perigosos ou potencialmente perigosos, afim de que os respectivos detentores passassem a ter consciência do que é possuir um animal de categoria perigosa. -----
- Partido Socialista – Daniel Gaspar começou por dizer que lamentava que o excerto do Diário da República não tivesse acompanhado a respectiva documentação, para poderem ter ficado mais esclarecidos no que dizia respeito às taxas das licenças de canídeos e gatídeos, mas, as ilações que tinha tirado sobre o artigo nono *“actualização de valores”* citou: *“os orçamentos anuais das autarquias locais podem actualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respectivos, de acordo com a taxa de inflação”*, segundo sua opinião, a taxa de inflação não atinge os três por cento. Continuou o seu raciocínio dizendo que os registos tiveram um acréscimo de trinta e seis por cento nas licenças, os cães de companhia tinham um acréscimo de dois e meio por cento, cães com fins económicos e cães de caça um acréscimo de vinte e oito por cento e cães perigosos um acréscimo de vinte e meio por cento, sendo uma média global de vinte por cento de aumento. Pediu ainda esclarecimentos sobre a existência do imposto de selo. Tendo sido de imediato esclarecido pelo Presidente da Assembleia que o referido imposto de selo se encontrava em vigor o qual era pago mensalmente por esta autarquia à respectiva repartição de finanças. -----
- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luís achou correctas as referidas taxas. -----

- Bloco de Esquerda – Vergílio Rafael tomou a palavra dizendo não concordar com este tipo de aumentos pois, sendo para uma aproximação da próxima tabela, a mesma encontra-se desajustada. O mesmo disse que consideravam uma *“lei de funil”* pois, tudo o que é para o estado receber aplica-se não se olhando a percentagens nem à inflação, quando é o estado a pagar, então sim, vai-se até ao pormenor de um cêntimo. Concluiu que, as Assembleia de Freguesias estão mais próximo das populações e, deveriam contestar e não aceitar estes aumentos, dando como exemplo as pessoas que são detentoras de apenas um cão ou um gato, tendo os mesmos como sua exclusiva companhia e, com grandes dificuldades financeiras, terem de suportarem estas taxas. Em seu entender a lei é *“cega”*. Concluiu dizendo que iriam votar contra esta tabela. -----

----- Continuando na apreciação das taxas o Presidente deu a palavra ao elemento do Partido Social Democrata. -----

- Partido Social Democrata – Carlos Raposo disse nada terem a acrescentar sobre as referidas tabelas. -----
- Partido Socialista – Henrique da Cunha Pereira começou por dizer que esta questão vinha na mesma linha da anterior, dizendo que estes valores surgem na intenção de ajustar aos valores reais, com era intenção do Presidente da Junta de Freguesia, isto é, em virtude de existir um valor que terá de ser aplicado até ao ano de dois mil e nove, colocou em questão se os mesmos valores terão que estar em consonância com outras freguesias, e se os mesmos se enquadram dentro do mesmo regulamento. Finalizou dizendo que as tabelas de taxas deveriam fazer parte da documentação recebida para uma melhor apreciação. -----
- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luís disse que nada tinha a dizer sobre as taxas dos atestados, confirmações e certificações, apenas referindo que as tabelas das taxas deveriam ter vindo anexadas aos documentos recebidos, para uma análise mais profunda. -----
- Bloco de Esquerda – Vergílio Rafael disse manter a posição da Coligação Democrática Unitária. -----

----- O Presidente colocou de imediato à votação os *“dois documentos”* com as propostas de alteração de taxas de licenças de canídeos, atestados, confirmações e certificações, os quais foram aprovados por *maioria*, sendo que, *seis votos a favor* do Partido Social Democrata, *um voto a favor* da Coligação Democrática Unitária, *quatro abstenções* do Partido Socialista e *dois votos contra* do Bloco de Esquerda. ---

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao terceiro e último ponto da ordem de trabalhos – *Apreciação da Informação do Presidente da Junta de Freguesia.* -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao porta voz do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista – Henrique da Cunha Pereira começou por se referir ao ponto número um “*Futuras Instalações*” dizendo, que a principal preocupação do Presidente da Junta de Freguesia era as futuras instalações, esquecendo-se de tudo o mais que o rodeia. Depois, no que tocava à “*Modernização Administrativa*”, na rubrica “*Valorização das Instalações*”, onde constava a importância de “*27.350,00€ (vinte e sete mil trezentos e cinquenta euros), faltando executar a importância de 26.592,24€ (vinte e seis mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte e quatro centimos)*”, questionou se a verba por executar poderia transitar em termos legais para as novas instalações. No que dizia respeito à “*Habitação Social*” e como já tinha referido na reunião anterior, reconheceu que tem sido feito um bom trabalho no Bairro da Habitação Social, congratulando-se com as melhorias executadas nas habitações. Referindo-se às “*Escolas*”, lamentou que a Junta de Freguesia tenha apenas fornecido materiais de higiene e limpeza às mesmas, e sentia que tinha cumprido com os seus deveres. -----
- Partido Socialista – Fernando Matos Lopes começou por dizer que, em seguimento do que foi dito anteriormente, finalmente tinha-se chegado ao documento que deveria conter aquilo, que foi sobejamente tratado antes da ordem do dia. Referiu-se às futuras instalações e questionou se efectivamente todos conheciam o projecto e, referindo-se a ele próprio disse, que só tinha tido conhecimento do mesmo, quando se tinha deslocado à Sede da Junta de Freguesia. Lamentou que o Presidente da Junta de Freguesia não tivesse convocado os membros da Assembleia de Freguesia, a fim de lhes dar a conhecer em pormenor o referido projecto. -----
- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luís, começou por referir-se ao Protocolo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, no que dizia respeito à recuperação e remodelação das habitações sociais, o qual tinha a validade de um ano, sendo prorrogado por iguais períodos, se nenhuma das partes o denunciar. Achou que se estava a executar um bom trabalho,

denunciando apenas a existência de barracas anexas às habitações, dizendo mesmo, que não deveria ser permitido a construção das mesmas. -----

- Bloco de Esquerda – Fátima Búzio começou por dizer que a informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia cada vez tinha menos informação, com a agravante de ser o Sr. Presidente da Assembleia que dava as respostas, que anunciava os projectos e formulava desculpas, tudo em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Chamou a atenção do Presidente da Assembleia de Freguesia, dizendo que não seria da sua competência tais tomadas de posição, em virtude do Presidente da Junta estar presente e, cabendo-lhe a ele dar as respostas às perguntas colocadas pelos elementos da Assembleia. ----- Terminou dizendo que a informação do Presidente da Junta estava cada vez mais incompleta. -----
- Partido Social Democrata – João Ricardo Oliveira questionou no que dizia respeito à “*Modernização Administrativa*” e, face à pergunta colocada pelo elemento da bancada do Partido Socialista, questionou também se efectivamente a verba disponível, ou seja, por executar se poderia direccionar para as futuras instalações. Perguntou ainda, se o Senhor Presidente tinha efectuado demarches nesse sentido junto da Direcção Geral das Autarquias Locais. Disse ainda que, por conhecimento próprio, se a referida verba não for aplicada em tempo útil, teria de ser entregue. -----

----- Para terminar, concluiu que a informação do Senhor Presidente estava pouco esclarecedora. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual começou por dizer, que o seu lugar era muito ingrato, mas que não estava arrependido, pois ao ter assumido o cargo sabia que não seria nada fácil, concluindo que, se o dia tivesse “*quarenta e oito horas*”, não conseguiria fazer o que desejaria. -----

----- Quanto ao terem dito que a sua única preocupação seria a construção da nova Sede da Freguesia, efectivamente é uma das suas prioridades, sendo fácil de entender, pois pagava-se uma mensalidade pelo aluguer do espaço existente na importância de 672,60€ (seiscentos e setenta e dois euros e sessenta cêntimos). Quanto ao terem dito que não conheciam o projecto, lamentava bastante o desinteresse demonstrado pelos membros dos partidos. Acrescentou ainda, que o Projecto não se limitava apenas à Sede da Freguesia, mas seria um projecto muito mais vasto, tendo ainda um auditório e várias salas para servir a

população em geral. -----

-----Continuou no uso da palavra, referindo-se à **“Modernização Administrativa”** esclarecendo os presentes que já tinha sido aplicada metade da verba, não se justificando que se aplicasse a restante em obras, no espaço existente, em virtude de não ser de nossa pertença. Disse ainda, que tendo em conta a feitura da nova Sede tinha esperança de ser possível aplicar a restante verba na mesma. No que dizia respeito às **“Escolas”**, tinha sido dito que **“não tínhamos feito nada”**, questionou os mesmos se eram conhecedores do que dizia a lei **(169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no seu artigo 34º ponto 6 alínea e)** **“o que está estatuído é fornecer às escolas do 1º ciclo, ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar, artigos de higiene, limpeza e expediente”**, para além do estabelecido na lei, dever-se-ia de efectuar um Protocolo entre a Junta e a Câmara Municipal ou o Ministério da Educação. -----

----- Sobre o artigo que tinha sido publicado no jornal **“Notícias do Entroncamento”**, acerca do **“Selo e Brasão”**, o Presidente mostrou satisfação, pela presença do senhor jornalista o qual tinha sido o autor da notícia, desmistificando de imediato qualquer dúvida que ainda persistisse, pois apenas se tinha limitado a dar-lhe documentação inerente ao assunto em causa. Quanto ao ter dito que o processo teria de ser arquivado, o mesmo citou apenas o que lhes tinha sido transmitido pela **“Heráldica”**. Concluiu que, se o processo não foi aprovado na primeira reunião, penitenciou-se dizendo que, teria sido culpa sua, pois deveria ter feito uma reunião preparatória, mas não a tinha feito, porque achou ser um assunto tão claro e simples, que tinha achado desnecessário fazê-la. -----

----- Quanto aos números de polícia na rua Padre Martinho Mourão, já se inteirou sobre o assunto tendo conhecimento que os respectivos moradores também se encontravam informados sobre o referido problema, o qual tem a ver com o seguinte: **“No passado, ao terem efectuado a escritura de compra das habitações, foi-lhes atribuído um número de lote, o que estaria errado. Posteriormente foi-lhes atribuído o respectivo número de polícia, sendo da competência dos respectivos habitantes o pedido da extinção do número do lote, o que iria implicar custas aos mesmos”**. -----

----- No que dizia respeito ao **“cemitério de carros”** junto à Estrada Nacional número três, o Presidente concordou que era lamentável a existência de um

“*ferro velho*” à beira de uma via pública, informando que é do seu conhecimento que a Câmara Municipal teria tentado resolver a situação, mas sem sucesso, uma vez que implicava áreas de terreno em processo de heranças. -----

----- Informou também, que tinha reuniões conjuntas, com alguma frequência, com o Executivo da Câmara Municipal, apresentando as questões levantadas nesta Assembleia e, sempre que possível, algumas dessas questões tinham resoluções de imediato. Quanto a qualquer informação que pretendessem sobre documentação, sua aquisição ou consulta, estes serviços sempre estiveram receptivos a disponibilizar os mesmos -----

----- Quanto à rua Fernando Pessoa e, sobre o estacionamento na mesma, iria tentar resolver a situação, junto do vereador do respectivo pelouro. No que dizia respeito à ciclovia junto à “Soladrilho”, ir-se-ia inteirar também sobre o referido assunto, pois desconhecia tal situação. Referindo-se ao que tinha sido dito sobre a segurança no Entroncamento, informou que seria possível que houvesse falta de acção da Polícia de Segurança Pública, dando como exemplo um caso que tinha presenciado, de um individuo do sexo masculino, em plena via pública, na Rua Coronel Raul Estrela Teriaga, munido de uma “*flober*”, a disparar para o ar. -----

----- Respondendo ao que tinha sido questionado pelo Partido Socialista, sobre a verba atribuída à rubrica das colectividades, informou que a referida verba se mantinha idêntica à do ano anterior. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra a um elemento do Partido Socialista, Sofia Roque, a qual questionou novamente a segurança no Depósito da Água. O Presidente da Junta de Freguesia adiantou a possibilidade da colocação de uma rede electrificada. Informou ainda, que tinha conhecimento da viabilidade do Depósito da Água passar a ser da responsabilidade das Águas do Centro, acrescentando que iria alertar novamente a Câmara Municipal sobre o assunto em causa, adiantando que, as competências da Junta de Freguesia eram muito limitadas. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um elemento do Bloco de Esquerda, na pessoa do Senhor Vergílio Rafael, o qual argumentou que não seria sua intenção provocar quaisquer conflitos, mas, em virtude de em todas as sessões serem feitas recomendações e, às quais, não seriam dadas quaisquer resoluções, formulou novamente um apelo ao Presidente da Junta de Freguesia para que o mesmo, dentro das suas possibilidades pudesse providenciar no sentido de solucionar alguns dos problemas que, tantas vezes tinham levantados

em Assembleia e, até à data presente se encontravam por resolver. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a Fátima Búzio, a qual adiantou que o Presidente da Junta de Freguesia deveria colocar as questões apresentadas, pelos representantes dos partidos nesta Assembleia, nas sessões da Assembleia Municipal, sendo essa a sua competência. Adiantando ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia, no uso das suas competências, seria o representante legal dos membros da Assembleia de Freguesia e, por tal motivo deveria apresentar todas as questões levantadas, para que as mesmas pudessem ou não, ser solucionadas. Disse ainda, que compreendia não ser fácil tomar essa posição, em virtude de serem todos do mesmo partido, aconselhando o mesmo a escrever as questões apresentadas e, assim, ser-lhe-ia talvez mais fácil. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária, o qual abordou ainda o tema do “**Brasão**” na notícia publicada no Jornal “**Noticias do Entroncamento**”, não concordando com o que se encontrava escrito citando: “**um braço de ferro político com acentuada teimosia e falta de bom senso**”. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, eram vinte três horas e trinta minutos e para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim Maria Palmira Beato Cardoso Garcia Domingues, assistente administrativa principal, que a lavrei. -----
